



O POPULISMO NA EMERGÊNCIA BOLSONARISTA: EDUCAÇÃO E GÊNERO EM DISPUTA

Populism in the Emergence of Bolsonaroism: Education and Gender in Dispute

Guilherme Oliveira de Paula^{1*}

Marcelo Rodrigues Conceição^{2*}

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise sobre o modo como o bolsonarismo emergiu na arena pública em conexão com disputas sobre o domínio educacional e sobre a identidade de gênero. Dentre os objetivos específicos, buscou-se interpretar as categorias nativas de Projetos de Lei do Escola Sem Partido (ESP), bem como estabelecer um sistema de relações entre elas. Como fontes principais, foram analisados os PL's, em nível federal, entre os anos de 2014 e 2016, acompanhados de fontes bibliográficas sobre ESP, educação, gênero e bolsonarismo. Em uma perspectiva atenta ao simbólico e ao poder, a análise das formas de classificação do ESP permitiu compreender a emergência de uma leitura de mundo à direita no país, como por meio da reivindicação de um eixo essencialista do sexo, em oposição ao sentido acadêmico de gênero. Como consequência analítica, o conceito de populismo permitiu superar algumas contradições e paradoxos do bolsonarismo, como um discurso insurgente em defesa da família e a construção de inimigos associada aos professores.

Palavras-chave: clássicos das ciências sociais; Max Weber; Georg Simmel; Stuart Hall; identidade cultural da pós-modernidade.

ABSTRACT

This study examines the emergence of Bolsonaroism in the public arena, particularly in relation to disputes over educational dominance and gender identity. The research aims to interpret the native categories of the Escola Sem Partido (ESP) Bills of Law and establish relationships between them. The analysis draws on federal-level Bills of Law from 2014 to 2016, supplemented by bibliographic sources on ESP, education, gender, and Bolsonaroism. From a perspective that considers the symbolic and power dynamics, the analysis of the ESP's classification forms reveals the emergence

^{1*} Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Licenciatura em Ciências Sociais e mestrado em Educação, ambos pela Unifal. Atualmente é professor efetivo de Sociologia da rede estadual de ensino de Minas Gerais. E-mail: guilhermeoliveira.paula@sou.unifal-mg.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-9410-7760>.

^{2*} Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Professor associado do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) e docente permanente do Programa de Pós-graduação em Educação da UNIFAL-MG. Possui mestrado e doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: marcelo.conceicao@unifal-mg.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0277-749X>.

of a right-wing worldview in Brazil, which reclaims an essentialist understanding of sex and opposes the academic concept of gender. The concept of populism helps to resolve some of the contradictions and paradoxes of Bolsonaroism, including its insurgent discourse on family values and the construction of enemies among teachers.

Keywords: classics of social sciences; Max Weber; Georg Simmel; Stuart Hall; cultural identity of postmodernity.

1. INTRODUÇÃO

Em 28 de Outubro de 2018, a eleição de Jair Bolsonaro expressaria uma série de descontinuidades na República Federativa do Brasil. Tão logo anunciado o resultado eleitoral, o pastor e senador Magno Malta ritualizaria o início da retirada dos “tentáculos da esquerda” com “as mãos de Deus”³, numa demarcação simbólica deste novo estado de coisas. Por assim dizer, este novo cenário provocaria diferentes inquietações e espantos na sociedade civil brasileira.

Em contexto internacional, uma espécie de populismo-autoritário já vinha se expressando com crescente vigor no início do século XX, ao mobilizar o domínio educacional e políticas de identidade em meio a uma disputa de valores na sociedade americana. Trata-se não de uma associação de lunáticos, mas de um “movimento social cada vez mais poderoso e persuasivo em muitas nações do mundo inteiro” (Apple, 2003, p. 124), com forte apelo no ressentimento da população nestes países.

Tal crescimento não é fortuito, tendo em vista que um conjunto de “pessoas acharam nessas posições respostas para os problemas que enfrentam em sua vida cotidiana” (Apple, 2003, 187). A despeito de fatores diacrônicos, o populismo autoritário possui considerável fecundidade na construção de um nós/eles, subjacente a estruturas de oposição que produzem identidades e devem ser investigadas em contextos específicos, como no Escola Sem Partido (ESP).

Também vale destacar que a associação entre educação e populismo como fonte de legitimidade não é inédita nem produto do acaso, uma vez que, “para muita gente, a escola era e ainda é a instituição pública mais próxima delas em sua vida cotidiana” (Apple, 2003, p. 223). Assim, a escola surge como metonímia do Estado, objetivada pela maior proximidade com a instituição familiar e a maioria da população, ao mesmo tempo em que informa uma gama de lutas culturais.

Por meio de uma análise relacional, o problema desta investigação incidiu, primeiramente, em compreender as conexões de sentido entre o universo moral da educação (Apple, 2003; 2008),

³ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ixUfHHJnMjo>>. Acesso em: 11/09/2020.

atravessado por políticas de identidade de gênero, e a emergência do bolsonarismo (Alonso, 2019; Kalil, 2022). Em um segundo momento, indagou-se como alguns paradoxos do ESP, em diálogo ao bolsonarismo, poderiam ser classificados segundo o populismo emergente no mundo e no Brasil (Apple, 2003; Empoli, 2019; Barros, Lago, 2022).

Ainda que cause um *estranhamento* a outros esquemas de interpretação, compreender a comunidade moral bolsonarista (Alonso, 2019) revelou dimensões surpreendentes de um fenômeno paradoxal e ambíguo. Como resultado da investigação, e não uma categoria fechada sobre o objeto (Dionne; Laville, 1999), a noção de populismo tem sua pertinência para superar algumas contradições e paradoxos do bolsonarismo, como um discurso em defesa do *povo* e a construção de *inimigos*. Com efeito, o conceito de populismo operava como uma maneira coerente de classificar o objeto sem anular suas propriedades imanentes nem seus efeitos de poder (Apple, 2003; Bourdieu, 1983).

Para tanto, esta pesquisa analisou as disputas e produções de significados (e de identidade e diferença) em Projetos de Lei (PL) do ESP, com enfoque nos PL's apresentados entre os anos de 2014 e 2016, em nível federal. Tal período demarca o primeiro PL apresentado na Câmara dos Deputados, em 2014, ainda no governo Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), ao passo que se encerra com a derrocada deste mesmo governo, com o impedimento da então presidente da República e o primeiro projeto homônimo apresentado no Senado Federal.

Como recurso metodológico, realizou-se uma análise mista do discurso (Dionne; Laville, 1999), a partir de “redes de categorias ou conceitos e das relações existentes entre eles” (Flick, 2009, p. 277), com vistas a perceber como as terminologias do ESP operam formas de classificação do mundo em um conjunto de oposições, sem desconsiderar o agenciamento político aí subjacente (Bourdieu, 2007). Tal perspectiva não seria possível sem se *levar a sério o Outro*, premissa crucial para compreender a relação de legitimidade dos eleitores com o populismo, ao “olhar o mundo com os seus olhos” (Apple, 2003, p. 159).

No que se refere à relação entre ESP e o populismo, uma aproximação já poderia ser encontrada com base numa narrativa capaz de “criar inimigos bons para serem odiados e combatidos, entre os quais se encontraria, aqui, a famigerada imagem do professor-doutrinador” (Cervi; Santos, 2019, p. 722). Ao estabelecer o professor como inimigo, quanto mais as “heresias” de professores são “popularmente censuradas mais tendem a nutrir reações populistas” (Cervi; Santos, 2019, p. 722). No entanto, sob outra perspectiva, ainda se deve desenvolver alguns elementos aí existentes, como a alteração da própria definição de realidade social e um discurso

paradoxal de insurgência.

Antes, contudo, de aprofundar na estrutura de oposições binárias do populismo bolsonarista e na consequente leitura cosmopolítica realizada por este agenciamento, faz-se mister acentuar alguns elementos que não deixam de se incorporar ao populismo autoritário. Primeiro, foi possível notar como o bolsonarismo se constituiu como fenômeno moral e identitário. Em sequência, foi observada uma política de identidade do ESP que decantou enquanto veículo de unidade do bolsonarismo ao permitir um discurso de transgressão. Por fim, foi possível demonstrar como o ESP apresentou elementos em direção ao populismo autoritário, ao incorporar a dimensão moral e identitária a uma leitura que faz evidenciar paradoxos com possíveis efeitos legitimadores perante a população.

2. BOLSONARISMO, ESP E POLÍTICA DE IDENTIDADE: ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO POPULISTA

A despeito de um mosaico bolsonarista (Rocha, 2019), bolsonarismo se tornou empiricamente legítimo porque incorporava uma oposição ao progressismo nos costumes, um forte componente moral na relação com a política e uma rejeição a especialistas culturais e educacionais, em resposta à percepção de ausência de legitimidade à direita no país (Almeida, 2019; Alonso, 2019; Avelar, 2021; Kalil, 2022, Rocha, 2019). Ainda que não se esgote em si mesmo, a utilização do bolsonarismo como conceito implica mais que a existência de um grupo político convencional, mas um movimento com ampla ressonância popular.

Com efeito, uma pauta unificadora entre eleitores bolsonaristas passou a ser o *diagnóstico* de uma *corrupção* não apenas institucional, mas também “entendida em seu sentido moral” (Kalil, 2022, p. 243). A reação às políticas de gênero na escola é um dos componentes a mobilizar o bolsonarismo, já que “uma das faces da corrupção seria quando o Estado, materializado pela escola pública, trata de assuntos considerados de responsabilidade exclusiva da família, como crenças ideológicas e políticas ou educação sexual” (Kalil, 2022, p. 245).

Em reação à *corrupção moral* no Brasil, surgiu a identidade de *cidadão de bem*, devedora de uma oposição a políticas progressistas na educação (Kalil, 2022). Vale ressaltar que a identidade não surge como um “conceito essencialista”, como tendem a reivindicar aqueles grupos que se pretende compreender, “mas um conceito estratégico e posicional” (Hall, 2014, p. 108), dimensão que deve abranger os agentes políticos e religiosos, assim como outros atores em suas experiências cotidianas.

Como um inverso da *corrupção moral*, a comunidade moral bolsonarista (Alonso, 2019) também não é entendida como categoria essencialista, mas articulada à produção de diferenças (Hall, 2014; Woodward, 2014). Em escala articulada a um nível singular da política brasileira, a definição alçada por Alonso (2019, p. 55) permitiria conectar os valores mobilizados por políticos conservadores em ascensão à própria dimensão moral da educação (Apple, 2008) e do populismo autoritário (Apple, 2003), sem perder de vista os elementos que ordenam a identidade bolsonarista.

Na definição do bolsonarismo como uma comunidade moral, já se revelava uma oposição ao progressismo e a uma suposta elite intelectual (Alonso, 2019), em diálogo à percepção de ausência de legitimidade à direita no país, mapeada desde o início dos anos 2000 (Rocha, 2019). É em conexão a essa percepção difusa que o ESP parece encontrar uma maior legitimidade, não apenas como um mero Projeto de Lei, mas na construção de uma leitura que contribui para estruturar as bases de uma *reivindicação transgressora* do populismo (Barros; Lago, 2022).

2.1 Política de identidade no ESP: a definição da realidade natural nas reivindicações populistas

Em inserção num vácuo de poder e de sentido, Projetos de Lei do Escola Sem Partido (ESP) passaram a produzir uma leitura de mundo consoante ao que viria a ser, *avant la lettre*, o bolsonarismo. Se, a uma lente progressista, a escola teria a obrigação de despir os estudantes dos preconceitos e hierarquias familiares (Abrucio, 2016), observou-se o contrário na comunidade moral *insurgente*.

Em *nome dos pais, dos filhos e das crianças*, o ESP operou um conjunto de disputas pela definição de uma realidade mais afinada aos interesses daqueles que a evocavam. É assim que ao abordar a relação entre educação, bolsonarismo e gênero na configuração populista, um dos eixos é se atinar para aquilo que “conta como conhecimento legítimo” em um contexto (Apple, 2008, p. 199). Neste aspecto, a luta pela definição de gênero assumiu considerável centralidade como política de identidade, pois articulou a discussão sobre *quem somos* ao “poder de produzir e de fazer circular novas formas de compreender nossa identidade” (Apple, 2003, p. 11), como *ser homem* e *mulher*, produzido por discursos de agentes políticos e religiosos em ascensão no âmbito político. Assim, a disputa política implica, ao mesmo tempo, uma luta por formas de classificação da nossa identidade, quando o bolsonarismo mobiliza mais a *insurgência* que a manutenção de uma *corrente dominante*.

Central na construção de uma comunidade moral bolsonarista e do imaginário do *cidadão de*

bem (Kalil, 2022), uma noção de *identidade de gênero* apareceu em todos os *PL's* analisados, em oposição ao progressismo e às abordagens acadêmicas sobre o tema. No primeiro PL apresentado em nível federal, de autoria do deputado federal e pastor Erivelton Santana (PSC-BA), já se estabeleciam os elementos de construção populista, ao menos em nível inicial. Desse modo, observou-se a defesa da precedência familiar sobre a escola em matéria de “educação moral, sexual e religiosa” (PL nº 7180/2014), ao mesmo tempo em que ordenava um “respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis”. Num primeiro aspecto, a escola surgiu como área em que o Estado opera um processo de deslocamento de *fronteiras naturais*, ao atuar em domínios que seriam de exclusividade da família (Kalil, 2022). No segundo, por sua vez, foi pressuposto um desrespeito dos professores a signos *naturais* e *familiares*, ao mesmo tempo em que tais agenciamentos estabeleceram as bases para uma *resistência* à direita no país.

Em homologia a este PL, a tentativa de resguardar o “corpo” de um movimento de “desconstrução das perspectivas identitárias”, enfatizado em disciplinas acadêmicas que “criticam a ideia de uma identidade integral, originária e unificada” (Hall, 2014, p. 103), surgiu em seu sentido mais enfático no PL nº 193/2016. Neste Projeto de Lei, de autoria do senador e pastor Magno Malta (PL/ES), tanto o termo *gênero* quanto o termo *sexo* apareceram, embora com significados opostos:

Art. 2º. Parágrafo único. O poder público não se imiscuirá na opção sexual dos alunos nem permitirá qualquer prática capaz de comprometer, precipitar ou direcionar o natural amadurecimento e desenvolvimento de sua personalidade, em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, sendo vedada, especialmente, a aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero.

O termo *sexo* surgiu associado a uma carga positiva ou não-marcada, como “identidade biológica de sexo”, ao evocar uma *harmonia* com o *natural amadurecimento* do indivíduo, além de conotar sua *identidade*. Por outro lado, como categoria nativa e ao mesmo tempo acusatória, o *gênero* é associado à chamada “teoria ou ideologia de gênero” nas escolas, aquilo que compromete o desenvolvimento dos alunos e filhos em desvio ao amadurecimento da criança (Art. 2º; PL nº 193/2016). Sob este núcleo, uma série de outros PL's seriam apresentados (PL nº 7180/2014; PL nº 10.659/2018), à medida em que seus proponentes emergiram na arena pública.

Como se nota, ao mesmo tempo em que a repetição sistemática de um mesmo sentido performou a *existência* de uma *ideologia de gênero* nas escolas, tal termo foi subordinado a uma espécie de *desvio* daquilo que o *sexo* denotaria. Este, por sua vez, situar-se-ia na ordem natural, em harmonia violada apenas quando a atuação da escola, como metonímia do poder público, avança sobre uma realidade fixada de antemão. Em um cenário de desintegração e crises na ordem das

identidades (Apple, 2003; Woodward, 2019), não é inoportuna a produção de identidades no populismo emergente, ainda que sob a forma de guerras culturais.

Na concepção populista autoritária, foi possível compreender a articulação entre uma noção de família tradicional e o sexo biológico, em oposição a padrões sociais progressistas. Para tal, o feminismo e as instituições seculares “são muito individualistas e interpretam erroneamente a relação divina entre as famílias e Deus”, em um movimento de transgressão ao par divino-natural (Apple, 2003, p. 216). Nesses termos, considerar que haja diferentes modelos de família no currículo ou no discurso do professor se traduz, aos *olhos nativos*, como uma violação da lei de Deus. Ora, diante de uma desintegração social que implica em alterações na própria configuração familiar, é a família tradicional, enquanto “unidade escolhida por Deus”, a principal instituição a ser protegida pelo país (Apple, 2003, p. 216-217).

Tal populismo carrega uma espécie de *epistemologia sui generis*, para a qual a *verdade é simples*, como o caráter sagrado da maternidade e a divindade da vida (Apple, 2003); ou, no contexto do ESP, as definições de *homem* ou *mulher*, aspectos que o feminismo e os *professores doutrinadores* teimam em ignorar. Em harmonia, a conduta altamente performativa de um deputado-federal como Nikolas Ferreira (PL/MG), ao ironizar que “mulheres estão perdendo espaço para homens que se sentem mulheres”⁴, também não deixa de traçar fronteiras diante do público LGBTQIA+ contra uma *obviedade* (Apple, 2003), fixada na natureza e no divino.

A crítica ao *politicamente correto*, que também se apresenta no populismo autoritário na Hungria e nos Estados Unidos (Empoli, 2019), parece parte deste mesmo universo. Como os professores na intromissão de um conjunto de *ideologias artificiais* na *cabeça das crianças*, o especialista também negaria o valor do bom senso e da experiência familiar, em recorrência a abstrações distantes dos valores populares. Isso poderia ser evidenciado na afirmação de princípios pedagógicos (e progressistas) em oposição à criação dos filhos pela autoridade legítima (e supostamente óbvia) dos pais, “em termos familiares” (Apple, 2003, p. 203).

Em oposição a uma suposta *ideologia de gênero* na educação, também se deve considerar a articulação evangélica sobre o ESP e o populismo autoritário, tanto na esfera nacional (Almeida, 2019; Mariano, 2022; Santos, 2019) quanto, anteriormente, nos Estados Unidos (Apple, 2003). A definição de uma realidade social, portanto, surge afinada aos interesses de uma camada de agentes em luta política, como os representantes da chamada *Bancada da Bíblia* (Santos, 2021), e perpassa uma espécie de luta cosmológica e binária, que visa a restaurar uma *realidade perdida* à medida que

⁴ Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/nikolas-ferreira-veste-peruca-na-camara-e-diz-mulheres-estao-perdendo-espaco-para-homens-que-se-sentem-mulheres/>>. Acesso em 26/03/2024

se avançam os enunciadores desta luta. Como já parece implícito, tudo se tornaria ainda mais complexo quando a própria retórica de *dominação* também seria apropriada pela direita, em uma construção simbólica estruturada.

3. PARADOXOS DO POPULISMO NO ESP: OPOSIÇÕES BINÁRIAS, IDENTIDADES E DESLOCAMENTOS DE SENTIDO

Tendo em vista a polissemia do signo e seu caráter arbitrário diante do real (Bourdieu, 2007; Geertz, 1989; Sahlins, 1990), a realidade social não está dada de antemão, ao passo que o sentido de cada terminologia e a definição do mundo que a comporta só podem ser compreendidos em um conjunto de relações inescapáveis da realidade social. Embora tal perspectiva ultrapasse o populismo, acredita-se que por meio dela é possível elucidar as estruturas binárias do populismo autoritário, bem como suas formas de legitimidade, com uma leitura de mundo surpreendente aos esquemas de percepção progressistas.

Categoria recuperada em um conjunto de autores, não apenas para explicar experiências políticas da América-Latina no século XX, o populismo-autoritário permitiu a apreensão de um conjunto de expressões iliberais contemporâneas, mesmo em países considerados desenvolvidos e centrais (Apple, 2003; Cesarino, 2021; Empoli, 2019). Por meio desta categoria, fez-se sintetizar uma antinomia entre um *mecanicismo da reprodução*, em seu sentido objetivista, e uma *fenomenologia da insurgência*, vinculada à leitura que os agentes em torno do ESP produziam. Com isso, foi possível elucidar os elementos de legitimidade do bolsonarismo sem se perder no *discurso nativo*.

Na experiência bolsonarista, a proliferação de discursos contra a hegemonia cultural de esquerda (Rocha, 2019) e a corrupção moral em curso no país (Kalil, 2022), ainda que *falsos* sob as rubricas positivistas, possuem efeitos na construção de sentido e numa retórica contra a *dominação*. Além disso, diferentemente da *direita envergonhada* associada à *manutenção da ordem* (Pierucci, 1987), agora “parte da direita está profundamente envolvida com transformações radicais”, como uma *reivindicação insurgente* (Apple, 2003, p. 09).

Em sentido parecido, Barros e Lago (2022) analisam o conceito de populismo não apenas pela produção de inimigos e antagonismos, mas, sobretudo, por uma retórica da transgressão. Para haver tal retórica, é necessário, por conseguinte, uma *retórica de dominação*, conforme se nota de modo mais ou menos estruturado (Bourdieu, 2007) com o ESP e o bolsonarismo. Neste universo, o discurso de oposição a elites educacionais é mais bem compreendido se inserido em um sistema de

relações que engloba o significado de especialistas educacionais como artífices de uma *hegemonia cultural de esquerda* no país (Rocha, 2019), quando elementos como *ideologia de gênero*, *enfraquecimento da família* e *doutrinação* ganham destaque.

Tudo se passa como se, para haver um discurso de rejeição a elites e uma reivindicação dos populistas autoritários, fosse necessário reconstruir a própria noção de *realidade social*, entre quem detém o poder e quem é subordinado, entre dominantes e dominados, entre quem produz a ideologia e quem é manipulado, ou quem explora e é explorado. Isso redundava que o alvo do *sistema* não é a população subordinada por marcadores sociais de classe, gênero ou raça, mas as “tradições” e a própria direita populista, na medida em que “a própria base de sua visão de mundo está ameaçada” (Apple, 2003, p. 137).

Isso pode ser evidenciado, ainda, no discurso do deputado-federal mais votado do país em 2022⁵, que, implicitamente, associou o *sistema* a uma *dominação progressista* e, por seu turno, contrária à *família*. Assim, mesmo após a derrocada de Jair Bolsonaro, uma postagem de 2023 de Nikolas Ferreira (PL/MG) é elucidativa do modo como a *moral familiar* opera como signo de legitimidade para esta direita: “Hoje, você ser antissistema é você se casar, é ter um filho [...]”.

É assim que, do ponto de vista fenomenológico, o discurso antissistema se insurgiu, paradoxalmente, na defesa da família e da moral conservadora. Aliado a uma estratégia discursiva de “falar ‘sem rodeios’” e estabelecer a “própria posição como um ‘senso comum’” (Apple, 2003, p. 84), o discurso de transgressão à *corrente dominante* se fundamentou em uma estratégia discursiva que apregoava a defesa de uma *essência* paradoxalmente *ameaçada*. Embora a *defesa da família* já aparecesse entre janistas e malufistas (Pierucci, 1987, p. 41), agora se notou maior imbricação entre os domínios da família, do gênero e da educação, a transmitirem um discurso que, ao mesmo tempo, constrói e permite se posicionar contra um cenário de *dominação*. Portanto, a solução é transgredir ou *mudar tudo que está aí*⁶. No entanto, antes mesmo de figuras como Nikolas Ferreira (PL/MG) emergirem politicamente, as bases do populismo autoritário bolsonarista já se estruturavam no estoque simbólico do ESP.

3.1 Paradoxos do ESP: retórica de *transgressão* e construção de inimigos no populismo bolsonarista

Na prática simbólica e política dos propositores do ESP, uma cosmologia de luta contra a

⁵Disponível em: <<https://www.instagram.com/reel/CuM42OEJSuT/?igshid=MzRIODBiNWFIZA==>>. Acesso em 15/07/2023.

⁶ Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/tem-que-mudar-tudo-isso-que-ta-ai-ta-ok/>>. Acesso em 29/01/2024.

exploração, a *opressão* ou a *doutrinação* já se estruturava em condições de garantir a própria alteração da realidade social, para além de termos acadêmicos. Expressivo de como o bolsonarismo ressignificou alguns termos em uma elasticidade não-convencional é o item 07 da justificativa do PL 193/2016, de autoria do senador Magno Malta (PL-ES):

Sendo assim, não há dúvida de que os estudantes que se encontram em tal situação estão sendo manipulados e explorados politicamente, o que ofende o art. 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), segundo o qual “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de exploração” (PL 193/2016).

Ao tratar da relação de sala de aula como baseada em *manipulação* e *exploração*, o legislador traduziu politicamente o ensino de temas socioculturais na escola como uma “forma de exploração” pela *doutrinação*, ao mesmo tempo em que reivindica direitos, ainda que para agenciar um universo que escapa às normativas do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Desse modo, assim como as elites econômicas perdem lugar para *elites culturais* e *educacionais*, a exploração econômica parece ressignificada como uma inexistente *exploração educacional*, em um deslize semântico que é, antes de tudo, um agenciamento político. Do mesmo modo, a luta contra a *manipulação da realidade* também passou a ser tomada pelo populismo bolsonarista. Ao professor, por sua vez, restou a figura de um *agente explorador*, que violaria as regras de convivência e aprendizado no espaço escolar.

Com efeito, passou a entrar em cena um universo de sentido que estabelecia vilões e inimigos, novas bandeiras e pautas. Como complemento, isso se realizou com a evocação sistemática da *inocência das crianças*, a transmitir a mesma mensagem de uma *corrupção moral* no país, ao passo que as disputas morais sobre a infância surgiram como objeto-pretexto para uma luta simbólica no *mundo dos adultos*, alicerçada no binômio comunidade moral/corrupção moral (Alonso, 2019; Kalil, 2022). Embora a mobilização da *inocência das crianças* pareça inédita, ela não é exclusiva do bolsonarismo. No que se refere ao populismo americano, Apple (2003, p. 215) argumenta para os temores em relação à “‘inocência’ das crianças”, quando importava menos a veracidade destes argumentos que sua eficácia legitimadora, qual seja, a “destruição de uma bússola moral” pelo ativismo secular de professores e da escola (Apple, 2003, p. 215).

Foi da mesma maneira que, em oposição à suposta *exploração* por professores, outros dois elementos também foram apropriados pelo bolsonarismo emergente, quais sejam: as noções de *estigma* e *bullying*. No item 08 da justificativa do Projeto de Lei 193/2016, o senador Magno Malta aponta que “ao estigmatizar determinadas perspectivas políticas e ideológicas, a doutrinação cria as

condições para o bullying político e ideológico”. Como se estivesse em defesa dos *oprimidos*, continuou o pastor e político ao lançar uma exemplificação hipotética: “um aluno que assuma publicamente uma militância ou postura que não seja a da corrente dominante corre sério risco de ser isolado, hostilizado e até agredido fisicamente”.

Tal estado de coisas, ainda, seria produzido pelo “ambiente de sectarismo criado pela doutrinação”, de modo que o professor realizaria a *dominação* na realidade brasileira. Por extensão, inverteu-se o eixo dominante/dominado de esquemas progressistas de entendimento, uma vez que são as camadas médias, os pais e os filhos, assim como os *cidadãos de bem*, que passariam a se classificar como *dominados* pela *doutrinação* dos professores no Brasil. Nesses discursos políticos, operavam-se os mecanismos de fronteira para a produção de identidades no seio de uma leitura de mundo à direita no país.

Tudo se passa como se a atividade docente realizasse o *simétrico inverso* do que o bolsonarismo emergente propunha e, mais que isso, *fabricava*. Se havia um conjunto de dispositivos legais que, por exemplo, estabeleciam que a comunidade escolar seria informada e educada sobre “os limites éticos e jurídicos da atividade docente” (PL 193/2016), pressupôs-se que tais limites não estavam sendo cumpridos em sala de aula. Se a lei ordenava não promover os “seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias” (PL 193/2016, art. 5º), subentende-se que as escolas operavam como um reduto de promoção ideológica dos professores, isto é, como um espaço de “doutrinação marxista” (PL 867/2015).

Isso não estaria, contudo, somente no discurso de representantes federais, mas se difundia pelo país, simultaneamente ao construir inimigos e deslocar o sentido de significantes da realidade social, como de *élites* e *resistência*. Em reunião de apoio ao ESP, convocada em 2017 pelo vereador e pastor Luís Santos (PROS-SP), no município de Sorocaba (SP), foi evidenciada uma luta contra a *corrupção nos costumes* oriunda da escola e de professores. Em uma trama contra a *opressão*, a representante de pais e alunos no município, Luciana Stanzioni, afirmava significativamente:

muitos professores são *oprimidos* pelo *politicamente correto*, mas, graças à Deus, temos muito bons professores. Infelizmente, uma minoria está no comando de tudo. Só não está pior porque as boas professoras, que são a maioria, estão *resistindo*. [Itálico nosso]. (Stanzione *apud* Santos, 2021, p. 154).

Os signos destacados em itálico funcionam em analogia, respectivamente, a outros recorrentes neste universo, tais como: *doutrinador*, *marxismo cultural* e uma defesa da *liberdade*.

Ao serem colocados em sistema, infere-se seu significado e uma aproximação com a comunidade moral bolsonarista, configurada por estruturas binárias (Alonso, 2019), tal como o populismo autoritário (Apple, 2003). Numa análise que visou à apreensão mista das categorias (Dionne; Laville, 1999), observou-se a recorrência de *categorias nativas* (e acusatórias) como “oprimidos”, “politicamente correto” e um discurso de resistência (“resistindo”) nestes argumentos, como se depreende no posicionamento de Stanzione.

Enquanto a *maioria* (*nós*) tentava uma vida digna como *cidadãos de bem* (Kalil, 2022), a *minoría* (*eles*) de especialistas atuaria em sentido contrário: “conturbando” a cabeça de nossos filhos, como Stanzioni evocou (Santos, 2021, p. 154). Da mesma maneira, as performances de agentes como Magno Malta (PL/ES) também apontavam para uma luta contra a *corrente dominante* que se difundia sobre as instituições educacionais, quando os professores supostamente mobilizaram uma série de técnicas e mecanismos em desvio a uma ordem divina e natural. A *dominação*, assim, estava sob o jugo da esquerda e dos *professores doutrinadores*, que estariam no *comando de tudo*.

Em uma paradoxal *reivindicação de direitos* pelos populistas autoritários, Apple (2003) destaca que os religiosos e conservadores se definem como *vítimas* de um conjunto de ações que poderiam ser traduzidas como *diabólicas* e *profanas*. Caberia, por sua vez, lutar contra tal *dominação cultural*, cuja imagem invertida é a dos setores conservadores como *oprimidos*. Nesta concepção populista, as diferentes instituições não forneciam espaço para o cristianismo, ao passo que uma suposta religião secular “passou a dominar nossa sociedade” e a violar a liberdade dos cristãos (Apple, 2003, p. 173).

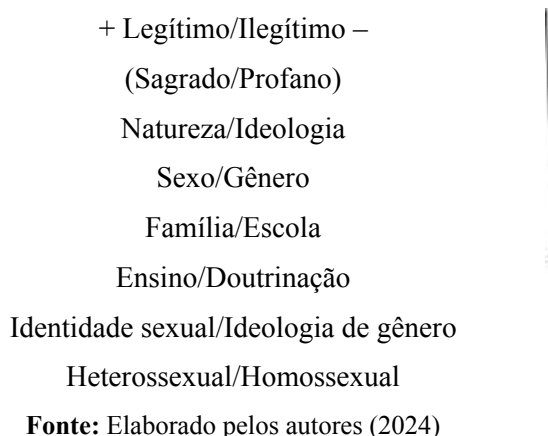
Além disso, o universo educacional não surgiu como mero epifenômeno para a emergência deste populismo, mas contribuiu para desenrolar um conjunto de significados, medos e pânico, ao menos em dois aspectos. Primeiro, a educação como transmissão de arbítrios culturais (Bourdieu, 2013) não deixa de atestar potenciais efeitos deste domínio sobre a formação dos sujeitos, o que é uma questão política e moral (Apple, 2008). Em segundo lugar, a relação social que comporta a educação formal na sociedade moderna, ao separar pais e filhos em direção à atuação de especialistas sobre as crianças, surgiu em homologia a uma série de pares de oposição locais, como *doutrinadores/inocentes*, eixo que permitiu a produção de identidade e diferença.

Ao abordar o populismo autoritário, Apple (2003, p. 186) ultrapassa uma caracterização estritamente institucional para demonstrar como o fenômeno em curso se insere em comunidades imaginárias e afetivas, que oferecem formas de pertencimento em um contexto de desintegração

social. É de modo parecido, como atesta a conexão entre populismo e bolsonarismo, que este surgiu como uma comunidade moral estruturada em pares de oposição e valores de orientação da conduta (Alonso, 2019). Daí uma especificidade do conceito de populismo que permitiu a apreensão de um objeto ao mesmo tempo político e simbólico, institucional e afetivo.

Em termos locais, um conjunto de oposições assimétricas podem ser desenroladas em conexão à oposição entre *doutrinadores/inocentes*. Conforme se nota abaixo, uma oposição fixada em sagrado/profano, correlata de natureza/ideologia, desdobra-se em outras que passam a se elucidar mutuamente:

Figura 01 – Eixo moral (Práticas aprováveis e reprováveis)



Tais oposições podem ser lidas em uma série decrescente (de cima para baixo), em vez de se ressaltar seu aspecto estático e impessoal, como se visa a superar, sem negar por completo, no estruturalismo clássico (Bourdieu, 2007). Por conseguinte, os sinais de “mais (+)” e de “menos (-)” traduzem o caráter assimétrico das oposições binárias, com a dimensão da agência e do poder incorporadas à produção dos sistemas classificatórios (Bourdieu, 2007; Woodward, 2014).

Um primeiro nível mais ou menos estruturado de oposições se desenrola como família/escola, correlata de pais/professores, com sinal positivo para o primeiro polo, e subjacente a uma oposição reivindicada como fixa, porque situada tanto no sobrenatural (sagrado/profano) quanto na natureza (sexo/gênero). Por conseguinte, tal universo de sentido traduz a educação escolar em um sentido decrescente a demarcar uma *corrupção moral*, tomada por ideologias e desvios daquilo que o primeiro polo apresenta de modo essencialista. Elementos tidos como naturais e estáveis, como família, sexo biológico e heterossexualidade, assumem uma carga positiva, vinculados ao *legítimo* na sociedade, ao passo que o polo marcado (-) associa-se a práticas

reprováveis de *doutrinação e ideologia*.

Numa perspectiva próxima ao neokantismo nas ciências sociais (Bourdieu, 2007), Alonso (2019, p. 52) argumenta que a comunidade moral bolsonarista se “estrutura na crença compartilhada em códigos binários, que divide o mundo em bem e mal, sagrado e profano, gente de família e indecentes, cidadãos de bem e bandidos [...]”. Nesses termos, a análise retrospectiva sobre o ESP e o universo de sentido bolsonarista permite perceber construções identitárias do populismo autoritário na ascensão bolsonarista, como *cidadãos de bem e doutrinadores, povo e elites*.

Como um desdobramento, tem-se que um sistema de classificação, ainda que precário e alvo de contestações, realiza o processo de identidade e diferença (Hall, 2014; Woodward, 2014), eixo que deve ser complementado à comunidade moral bolsonarista (Alonso, 2019), com suas exclusões e relações de pertencimento. Desse universo de sentido, desenrolou-se a produção da unidade de um grupo (Bourdieu, 2007), como evocado na própria denominação *bolsonarista*, donde derivam corolários como *cidadão de bem* em oposição aos progressistas (Kalil, 2022).

Como um direcionamento dos afetos, a própria identidade oriunda desta forma populista exige “que existam aqueles que são imorais, preguiçosos, uma carga para o Estado, maus, humanistas seculares ou os que não foram salvos” (Apple, 2003, p. 200). Em termos locais no ESP, foram incluídos tanto os professores quanto os homossexuais ou as mulheres que evocariam uma *ideologia de gênero* contrária ao seu papel presumidamente natural.

A constituição de uma comunidade política à direita, portanto, pode ser analisada em função da premissa básica de que a “identidade é relacional” (Woodward, 2014, p. 09), ao passo que se situa no domínio linguístico e no investimento dos sujeitos em uma determinada arena, com uma trajetória e valores específicos. Com efeito, setores políticos à direita passaram a se conectar com camadas populares em oposição ao performado como real na escola, em uma fronteira traçada contra setores progressistas e associados à corrupção moral, como professores e homossexuais.

Colocar as coisas desse modo implica que o ESP, ao trazer um sistema de classificação donde deriva a identidade e diferença (Woodward, 2014), permitiu não apenas tangenciar a constituição do bolsonarismo como uma comunidade moral singular, mas já surgia solidário do populismo autoritário. Atreladas a uma construção da realidade em inversão moral, as oposições binárias que produzem diferença em nível discursivo também constroem o inimigo em nível populista, como homossexuais, feministas e professores (Barros; Lago, 2022; Empoli, 2019).

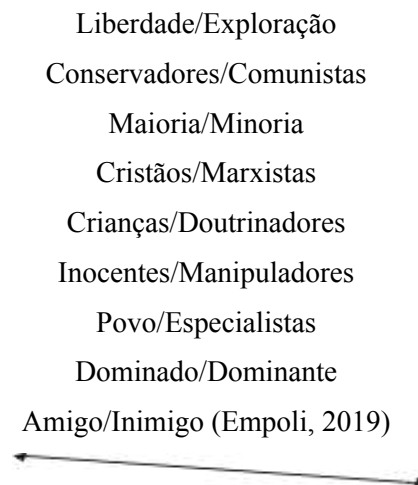
Como acréscimo, a incorporação de uma leitura pós-estruturalista (Bourdieu, 2007; Sahlins, 1990; Woodward, 2014) ao populismo autoritário evidencia que o prisma neokantiano sobre a

definição da realidade social (Durkheim; Mauss, 2005) deve ser ajustado ao nível das “categorias de acusação” (Kalil, 2022, p. 243), quando categorias de entendimento extrapolam um eixo intelectual e funcional para também se inserirem em relações de força, de sentido e de afetos (Apple, 2003; Bourdieu, 2007). Não à toa que a *ideologia de gênero* e o *professor doutrinador* não surjam apenas como maneiras de conhecer o mundo, mas também inscrevem relações de poder, isto é, de exclusão e de inferiorização do Outro, ainda que proferidas em esferas institucionais da democracia.

A figura abaixo apresenta uma *alternativa* a esse estado de coisas performado como real no discurso do ESP. Com a seta em decrescente a exprimir uma *decadência moral*, visualiza-se uma suposta perda da pureza a ser restituída conforme a figura abaixo:

Figura 02 – Eixo político (disputas binárias e alternativa insurgente)

Comunidade moral + (Alonso, 2019) /Corrupção moral - (Kalil, 2022)



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Enquanto a primeira figura visou a instituir fronteiras estruturais sob os signos de uma comunidade moral, a segunda operou um processo mais explícito de deslocamentos semânticos em nível político. Com a utilização de uma seta em linha horizontal, com um alvo para duas direções, o lado que se volta a oeste, em homologia ao primeiro quadro, exprime a alternativa de restauração da ordem, em sentido *reacionário*.

Em nível simbólico, investiu-se em uma estrutura de oposições que inverte binômios do tipo dominantes/dominados, quando elementos como *dominação*, *elites* e *exploração* se tornam, contextualmente, equivalentes a termos como *socialistas*, *professor doutrinador* e *ideologia de gênero*. Por conseguinte, quem é constrangido pelas elites continuaria sendo a maioria da

população, mas agora sob as ameaças escolares de uma *corrupção moral*, em vez de uma *exploração do capital*.

Como se nota, a comunidade moral bolsonarista possui considerável densidade ao deslocar o arbitrário da política e situá-lo em oposições binárias afetivas e morais (Alonso, 2019; Apple, 2003), que performam um *mundo em decomposição* ao mesmo tempo em que evocam uma alternativa política a esse *estado de coisas*. As lideranças bolsonaristas, por sua vez, passaram a se legitimar como capazes de solucionar uma série de *problemas* que, numa espécie de truque performativo da linguagem, tornavam-se reais (Butler, 2020).

Ao contrário do que pareceria aos esquemas objetivistas ou progressistas, tudo se passa como se o ESP lutasse contra a *reprodução*, agora entendida como uma *corrupção moral* em curso em instituições como a escola, assim como instituída por especialistas educacionais. Isso se tornou evidente quando um membro do Movimento Escola Sem Partido, Nelson Lehmann Silva, mobilizou simultaneamente noções de *liberdade* e *contaminação* em defesa do movimento. Conforme anunciou, “as noções transmitidas de política e cidadania estão flagrantemente contaminadas de conceitos marxistas, particularmente no ensino de nível médio” (Silva *apud* Santos, 2021, p. 34).

Após repor a dicotomia purificação e “contaminação”, a reivindicação de *liberdade* foi apropriada para designar uma luta de pais e estudantes contra a *doutrinação* e o *constrangimento* promovidos nestes espaços, metonímia de outras esferas sociais. Em sentido similar à *doutrinação* e à crença em uma *corrente dominante* na educação, o “politicamente correto” geraria um conjunto de coerções sociais sobre os estudantes: “os métodos de constrangimento vão do sorriso condescendente à perda de pontos por resposta ideologicamente discordante da pensada pelo professor” (Silva, *apud* Santos, 2021, p. 34).

Contra uma *inversão toquevilliana* de uma suposta *tiranía da minoria*⁷, é comum que o argumento conspiracionista aponte para uma *contaminação* geral da instituição escolar, em oposição aos demais, o *povo*. Num outro plano, o poder quase mágico do bolsonarismo que se estruturava implicou em uma imposição de sistemas de classificação moral e, portanto, daquilo que passaria a ser *legítimo* a uma camada considerável de agentes, ao mesmo tempo em que oculta possíveis manifestações do poder em outros domínios, como o econômico (Bourdieu, 2007).

⁷ A evocação de uma minoria arbitrária e poderosa não deixaria de aparecer em um tweet de 22/04/2024 do deputado-federal Nikolas Ferreira (PL/MG). Após lamentar a falta de *testosterona* na política brasileira, o deputado rebate uma crítica sofrida ao alegar que seu interlocutor buscava “agradar uma minoria exigente”. Tal minoria poderia ser tanto professores e intelectuais quanto artistas, feministas e outros *vilões* do populismo autoritário. Disponível em: <https://twitter.com/nikolas_dm/status/1782488170459734418?t=Hd2gF01B7ZblbwrpsLv3hw&s=08>. Acesso em 28/04/2024.

Em uma multiplicidade de paradoxos, foram observadas categorias como *liberdade* utilizadas na reivindicação da hierarquia familiar, assim como uma luta contra a *corrente dominante* e a *exploração* em nome de valores religiosos e patriarcais. Típica do populismo autoritário (Apple, 2003), a apropriação de uma linguagem de *discriminação* (ou de *vítimas e dominados*) e *direitos* (ou de luta por reconhecimento e pela *liberdade* dos pais e filhos) também aparecia no ESP.

Nesse contexto, a performance de reação a signos inscritos na escola, como a transmissão de arbítrios culturais que ultrapassam o controle familiar, parecia surgir como uma dimensão densa de significados a canalizar setores que não se reconheciam em um neoliberalismo progressista, entendido em movimentos liberais que ultrapassam um eixo de classes populares (Fraser, 2018). Ao mobilizar uma leitura de mundo que imputa diagnósticos como a *perda da autoridade familiar* na explicação de possíveis perturbações e conflitos, o posicionamento populista se torna mais inteligível que em argumentos neoliberais ou gerencialistas, baseados em corte de gastos e avaliações técnicas de políticas públicas (Apple, 2003).

Num vácuo de sentido, o populismo-autoritário (Apple, 2003; Empoli, 2019) não deixava de operar um movimento duplo e complementar: primeiro, a noção de que, se a realidade precisa ser transformada, é porque ela é tomada pela corrupção moral, como se observaria desde a infância nas escolas; em segundo lugar, a construção de inimigos realizava, no plano político, aquilo que a produção da diferença fabricara na construção das identidades, ao repelir aquilo que escapa de uma moral conservadora. Aqui, os inimigos não são aqueles que violariam os interesses nacionais (Dionne; Laville, 1999), mas os especialistas educacionais que interferem no direito dos pais sobre os filhos e, por assim dizer, contribuem para inverter a “harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo” (PL 193/2016). Por sua vez, o ambiente escolar e os professores recebiam a culpa e a responsabilidade sobre um possível cenário de crise na ordem geracional e moral (Apple, 2008).

Os efeitos de sentido decorrentes desta leitura não deixavam de operar contra o “sentimento de marginalidade em relação a públicos dominantes” emergente a partir do início deste século (Rocha, 2019, p. 21). Acrescenta-se a isso um cenário mais amplo de crise das identidades, que constituíam uma ancoragem mínima aos sujeitos (Apple; 2003; Hall, 2014; Woodward, 2019). No ESP, o paralelismo com a experiência populista autoritária é elucidado no âmbito mais fenomenológico das interações, como será evidenciado abaixo.

3.2. A fenomenologia do populismo autoritário e seus efeitos de legitimidade

A relação de termos acusatórios mobilizados no universo do ESP não opera somente como uma estrutura mais ou menos estruturada em relações sintáticas e semânticas (Bourdieu, 2007). Em trecho do jornal sorocabano *Cruzeiro do Sul*, assinado pelo jornalista Carlos Araújo (Santos, 2021), é apontado o depoimento da empresária Jaquiceti Moreno, que “contou o drama em que sua filha de 15 anos saiu de casa porque teria recebido influência de doutrinação política na escola e tornou-se ‘comunista’ (Araújo, 2017, *apud* Santos, 2021, p. 155).

A experiência da mãe harmoniza-se com um conjunto de outras angústias e ressentimentos em um contexto inconciliável de transformações e ruídos em instituições como a família e a autoridade dos pais (Apple, 2008), no qual o populismo autoritário proporciona um “significado e cimento emocional que dão às pessoas um lugar definido” (Apple, 2003, p. 197). Sobre este cenário, a experiência da agente é logo ordenada sob o signo acusatório de *comunismo*, a informar menos uma ruptura nos modos de produção que uma *doutrinação* na escola.

Antes de afirmar que houve uma falha na academia ao não entender a resposta do bolsonarismo aos “níveis existenciais da realidade”, a socióloga Esther Solano⁸ traz um exemplo elucidativo em interseção ao domínio educacional e de gênero, conforme palestra em 2023. Numa crítica às leituras que abordam a pauta moral como secundária, a pesquisadora afirma que tal domínio opera numa relação com “pertencimento, angústia e desamparo”. Isso se ilustra com o relato de uma mãe, trazido por Solano: “eu vou votar em Bolsonaro porque tenho muito medo de meu filho virar gay na escola”. Diante do vivido e do imaginado, o populismo bolsonarista não deixaria de fornecer respostas “conectadas com aspectos da realidade que as pessoas vivem” (Apple, 2003, p. 239).

O depoimento de uma ex-professora em Comissão Especial Parlamentar que discutia o PL 7180/14 sobre o ESP, no município de Sorocaba (SP), é elucidativo a respeito da inversão simbólica do populismo emergente, ao tomar como *dominante* aquilo que se situava no âmbito da esquerda. Conforme o pronunciamento da agente: “não vivemos uma democracia na educação”, logo após denunciar a *decadência de valores* associada à insistência em uma “visão única de Paulo Freire” (Monteiro *apud* Santos, 2021, p. 39).

Em uma ordenação da experiência, uma série de problemas percebidos no cotidiano escolar e na relação entre professor-aluno surgem sob um prisma de *decadência moral*, articulados a um imaginário de penetração da esquerda na escola. Como consequência, a professora narra que

⁸ Em palestra (03/05/2023) de lançamento do livro sobre populismo de Miguel Lago (IESP) Thomas Zicman de Barros (Science Po), os autores foram acompanhados de Solano (Unifesp) e Sérgio Cardoso (USP). Os pesquisadores presentes abordaram o populismo em diálogo com a produção de identidade num contexto de incertezas identitárias. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fgxkQ_5AIIIE>. Acesso em 04/05/2023.

percebe “os valores descendo ladeira abaixo e até mesmo adoecendo os professores”, figuras ambíguas diante da existência da *doutrinação* pelos próprios docentes (Monteiro *apud* Santos, 2021, p. 39).

Por assim dizer, são estas terminologias que, inverídicas ou não, realizaram sua eficácia comunicativa como explicativas de uma realidade complexa sobre os sujeitos. E, ao funcionarem de modo minimamente ordenado enquanto veículos de entendimento e comunicação, também realizaram seus efeitos de legitimidade (Bourdieu, 2007), uma vez que conectou a angústia e o ressentimento de um conjunto de pessoas à ação de lideranças políticas que buscavam se inserir como protagonistas na esfera pública.

Na esteira da tramitação do PL 867/2015 sobre o ESP, constatou-se um discurso de Jair Bolsonaro⁹, ainda no PSC-RJ, quando o agente desenrolava um conjunto de pautas e camadas em oposição a signos progressistas. Após criticar atuação de algumas deputadas em protesto contra a *cultura do estupro* no Brasil, o deputado parabenizou o autor do Projeto de Lei sobre o ESP. Tão logo, a estratégia discursiva de Bolsonaro operou como um testemunho *autorreferente* para a validação deste PL, isto é, como sinal de *comprovação* de uma “ideologia de esquerda” nas escolas, ao afirmar que possui os livros didáticos utilizados nas escolas (“e tenho vários aqui”).

Em equivalência entre *socialismo* e rejeição ao gênero em seu sentido acadêmico, continuou o deputado ao performar que livros e professores “já impõem essa ideologia de esquerda nas escolas, entubam as crianças, pregam que o socialismo é uma maravilha”. Em uma confluência entre o ESP e o próprio bolsonarismo que iria emergir, o preâmbulo provocativo de Bolsonaro contribuiu para fornecer inteligibilidade ao ESP, uma vez que sua funcionalidade se desenrolava de uma disputa pelo controle do professor e do currículo na temática do gênero, ao estabelecer fronteiras a temas *ilegítimos* na escola. Com isso, Jair Bolsonaro e lideranças políticas em ascensão encontraram um conjunto de significados para se conectarem com pais e jovens que não partilhavam das mesmas categorias que o eixo progressista.

Aparentemente, o ESP e a disputa em torno da existência ou não de uma *cultura do estupro* no país seriam temas diferentes, com rubricas e intervenções próprias. No entanto, o discurso sobre a inexistência de uma *cultura do estupro* se harmonizou à defesa de uma *Escola sem Partido* que permitiu ocultar a existência de temas como este que o deputado já negava existir. Coincidiu, portanto, a rejeição a uma ordem comum de realidade, na esteira da negação de existência legítima

⁹ Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_discursos?idProposicao=1050668&nm=JAIR+BOLSONARO&p=PSC&uf=RJ>. Acesso em 23/03/2023.

a identidades minoritárias que visavam ao reconhecimento (Bourdieu, 2007; Fraser, 2018).

A figura de Jair Bolsonaro, em suma, era não apenas produtora como produto deste universo de sentido. É assim que, mesmo após a derrocada do então Presidente da República nas eleições de 2022, a pesquisadora Camila Rocha¹⁰ apontou para o dilema estruturante daqueles que se percebem “pisando em ovos” na comunicação perante populações LGBTQIA+, uma vez que nem todas as camadas sociais se apropriam e incorporam as categorias legítimas, aos *olhos* progressistas, na interação com este segmento da população. A especialista realizou entrevistas entre aqueles eleitores, que argumentaram não possuir o aprendizado necessário para lidar com o Outro, situação propícia para embaraços e confusões. Diante disso, figuras como Nikolas Ferreira (PL-MG) surgem a estabelecer uma espécie de ancoragem num cenário de fragmentação identitária e disputas por reconhecimento.

A atuação do deputado federal é significativa de uma interseção entre os domínios educacional, moral e de gênero, de modo a atualizar, para diferentes fins, a relação entre o simbólico e o poder contida no populismo. Em um dos episódios, o então vereador de Belo Horizonte teceu comentários sobre uma menina transexual em banheiro feminino de um colégio particular, em vídeo intitulado *TRAVESTI no banheiro da escola da minha IRMÃ*: “Eu que sou um homem, eu posso amanhã me sentir uma mulher e entrar no banheiro cheio de mulher [...]”¹¹. A despeito de possíveis jocosidades e deturpações, o investimento simbólico do agente opera sobre uma mesma estrutura binária apontada anteriormente, como na oposição heterossexualidade/homossexualidade, fundada em homologia a sexo/gênero. Com a ironia sobre o caráter instável das identidades de gênero, desenrolam-se pânicos e uma retórica de exclusão ao *diferente*.

Uma das pistas para entender a legitimidade do populismo, aqui e alhures, se encontra no diálogo com as disposições culturais das camadas populares, como nas “posições anti evolução” evidentes no “nível da cultura popular e dos sentimentos da comunidade local” (Apple, 2003, p. 136). Por extensão, a partir de 1960 e 1970, passaram a ser cada vez mais contrários às elites urbanas, às feministas, aos sindicatos, às “pessoas de cor”, ao Estado (Apple, 2003, p. 196-197).

Diante do bolsonarismo e do ESP, observou-se um processo parecido de oposição construída

¹⁰ Entrevista realizada em 13/03/2023 ao Ópera Mundi.

Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=1PFs_cFqSkY>. Acesso em 14/03/2023.

¹¹ A manutenção do uso da caixa-alta atua como tentativa de tangenciar as estratégias discursivas e os diferentes detalhes significantes mobilizados no repertório desta extrema-direita.

Disponível

em:

<<https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/ministerio-publico-de-mg-denuncia-nikolas-ferreira-por-transfobia>>.

Acesso em 11/07/2023.

entre *povo* e *elites*, uma vez que a construção da imagem de um *cidadão de bem e raiz* não deixava de demarcar fronteiras com certa “elite social esnobe e intelectualizada” (Alonso, 2019, p. 63), porém poderosa na imposição da *ideologia de gênero*. A aproximação de um povo comum ensejava valores de masculinidade, isto é, de quem é “bruto, mas autêntico” (Rocha; Solano, 2020, p. 09). Neste ponto, a relação entre poder e legitimidade¹² conferiu relevo à dimensão simbólica na afirmação de identidade no populismo. Em resumo, o carisma de Bolsonaro “se enraíza na representatividade” (Alonso, 2019, p. 63).

Como exemplificação, em matéria na *Época*¹³, ao ser interpretada em suas “teias de significado” (Geertz, 1989, p. 04), observa-se a foto de um café da manhã de Bolsonaro, que trazia uma mesa calculadamente improvisada com um *pão francês* e um famoso *copo americano*, signos que operam na transmissão de uma mensagem popular e *autêntica*, sem necessariamente recorrer a doutrinas *de esquerda*. Em uníssono, Bolsonaro aparece uniformizado com uma camisa *falsa* da Sociedade Esportiva Palmeiras, como se passasse uma mensagem de *gente comum*.

Dessa maneira, distanciou-se daquelas abordagens demasiadamente objetivistas, quando o paradoxo da direita bolsonarista é reduzido ao nível imediato da reprodução dos interesses de classe e do capital, sem considerar uma *inversão fenomenológica antissistêmica* que, todavia, contribuiria para encerrar um sentido objetivo de manutenção da própria ordem social mais ampla. Com efeito, se Santos (2021) argumenta para a filiação do ESP a uma hegemonia dominante, o sentido mais aparente do movimento é diametralmente oposto: a luta pela *liberdade* contra a *corrente dominante* e o que viria em seu bojo, como a *doutrinação* e a *ideologia (de gênero)*.

É assim que o eixo fenomenológico, como uma dupla verdade da realidade social junto ao objetivismo (Bourdieu, 1983), não poderia ser negado, ao evidenciar um possível aspecto *popular* nesta configuração política no país, ainda que estivesse em oposição a uma alternativa política à esquerda e que, nos *fatos em si*, não encerrasse um sentido igualitário. Como saída diante desse impasse, utilizou-se o conceito de populismo para compreender outra *dupla verdade*, qual seja, o paradoxo de um movimento conservador e insurgente, popular e à direita no espectro ideológico.

Sugestivamente, de uma “direita que não diz seu nome”, posto que era uma *transgressão*

¹² O movimento *Cansei*, organizado como protesto ao governo Lula, contava com figuras de destaque da elite paulistana e, por essa razão, logo se tornou “alvo fácil de críticas ácidas” (Rocha, 2019, p.121). Thomas White, ex-cônsul geral dos Estados Unidos, enviou um documento oficial a Washington em que declarava a percepção de Dória à Veja, ao queixar-se de “que sua imagem de alguém que nunca fumou, bebeu ou usou drogas, não briga, não fala palavrões e usa gel no cabelo tornou difícil aos brasileiros comuns se identificarem com sua causa [...]” (White *apud* Rocha, 2019, p. 121).

¹³ Disponível em:
<<https://epoca.globo.com/guilherme-amado/mesas-de-cafe-da-manha-de-jair-bolsonaro-na-eleicao-eram-fakes-1-24265281>>. Acesso em 23/06/2022.

impublicável (Pierucci, 1987, p. 37-38), a uma direita que se reivindica paladina da *transgressão*, foi preciso não apenas que a esquerda chegasse ao poder e se modificassem algumas condições objetivas, mas um trabalho de ressignificação e inculcação, de fazer ver e fazer crer (Bourdieu, 2007). A própria centralidade da categoria de *corrupção moral* entre eleitores bolsonaristas, atrelada à atuação da escola e de professores em temas como o gênero (Kalil, 2022), surge para atestar uma nova gramática política que elegia os professores, a escola e o gênero como artífices de uma *decadência de valores*.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se observou, a análise retrospectiva do ESP elucida como o bolsonarismo se estruturava em um sistema de relações, de modo a transmitir uma mensagem de *corrupção moral* no país (Kalil, 2022), cuja resposta ao mesmo tempo erigia uma comunidade moral portadora de uma legitimidade discursiva em um novo cenário. Ao mesmo tempo, a análise do ESP permitiu observar um discurso de *dominação* por um conjunto de vilões e desvios. Como um simétrico inverso daquela *doutrinação*, abriu-se caminho para a *resistência transgressora*, cujos inimigos seriam os professores/elites educacionais, assim como as pessoas que supostamente violavam um ponto fixo construído como natural e divino.

Com efeito, alicerçado na construção de um esboço de oposições binárias populistas, foi possível perceber tanto a construção de identidade e diferença quanto a construção de inimigos em nível populista-autoritário, articulados sob o prisma do simbólico e do poder como dimensões que uma análise sociológica não deve abandonar. Em acréscimo, a compreensão dos fenômenos populistas, em sua retórica de transgressão e construção de inimigos, deveria incorporar as lentes que os *nativos* utilizam para pensar, disputar e enxergar o mundo, como condição para a própria compreensão do social (Geertz, 2001; Bourdieu, 2007).

A análise das categorias do ESP também permitiu compreender a construção de identidade, quando a repetição incessante de Projetos de Lei com este teor fabricava uma fronteira com os professores e o universo de práticas e discursos supostamente defendidos por eles, em oposição ao *povo*. Tanto o *professor doutrinador* quanto supostos conteúdos *ilegítimos* promovidos na escola surgiam como alvos a se combater, em *nome do povo*, isto é, *da liberdade das crianças e dos pais*.

Exemplo sugestivo da circulação entre diferentes domínios e terminologias para as inversões populistas do bolsonarismo foi a apropriação do gênero neste universo. A noção performática de gênero (Butler, 2020) se tornava fecunda para compreender como a repetição de Projetos de Lei em

torno de uma política de identidade que institui um ponto fixo (a *identidade biológica de gênero*) sobre o qual se realizava, por outro lado, toda uma gama de discursos sobre uma *inversão da realidade* (a *ideologia de gênero*). Por meio da cristalização do sexo biológico como elemento fundante da natureza, as estruturas binárias do ESP emprestavam pontos supostamente fixos e estáveis para o mecanismo de inversão do populismo, ao mesmo tempo em que fundavam o bolsonarismo com uma retórica popular e legítima aos olhos de uma camada considerável de eleitores. A inversão da realidade não era do bolsonarismo, mas dos *doutrinadores*, das *elites educacionais* e do *socialismo*.

E, por sua vez, passou a ser necessário se insurgir contra a própria *violência* de uma *corrente dominante* que atravessava a sociedade brasileira, informada pela escola. Tais performances políticas não apenas ordenavam o mundo, mas produziam pânico e temores no âmbito da prática social. Políticas de gênero, educação e transgressão populista surgiam, portanto, como dimensões intercambiáveis para que o bolsonarismo emergisse de modo eficaz, porque articulado a um conjunto de oposições conhecidas e reconhecidas, inteligíveis e afetivas.

Como condição para um discurso de transgressão, o poder de fazer ver e fazer crer (Bourdieu, 2007) do populismo bolsonarista implicou que a *exploração é educacional*, que as *elites opressoras* são, antes de tudo, as *educacionais*, que a *opressão é do gênero*, entre outras formas de deslocamentos. Por seu turno, a luta contra a *dominação* se tornava uma bandeira da direita, em um processo de inculcação que o ESP contribuía para realizar em um conjunto de reivindicações populistas, porque associadas a uma leitura de transgressão e redefinição da realidade social.

Se o poder simbólico é mais bem exercido quando não revelado e invisível (Bourdieu, 2007), foi possível inserir um complemento ao que foi formulado pelo sociólogo francês: o poder simbólico, para ser invisível, necessitaria ser visível onde ele *não está*, porque está efetivamente alhures. Um conjunto de categorias clássicas da esquerda ou das ciências sociais passou a ser embaralhada e deslocada no bolsonarismo e, em particular, com o ESP.

Por meio de disputas travadas sobre o ESP, observou-se a construção de um universo de sentido que fundava as bases de um populismo autoritário no país, em afinidade ao bolsonarismo como uma comunidade moral. Na elucidação do bolsonarismo, por meio do ESP, observou-se que as formas de classificação e efeitos de legitimidade do populismo autoritário já estavam presentes, à espera de lideranças que pudessem canalizá-los ao sabor de disputas políticas ainda atuais.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. Polarização radicalizada e ruptura eleitoral. In: *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil de hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ABRUCIO, Fernando. *A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso*. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

ALMEIDA, Miguel Vale de. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de século, 1995.

ALMEIDA, Ronaldo. Deus acima de todos. In: ABRANCHES, Sérgio. *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil de hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALONSO, Angela. A comunidade moral bolsonarista. In: ABRANCHES, Sérgio. *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil de hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

APPLE, Michael. *Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2003.

APPLE, Michael. *Ideologia e currículo*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

AVELAR, Idelber. *Eles em nós: retórica e antagonismo político no Brasil do século XXI*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2021.

BARROS, Thomás Zicman de; LAGO, Miguel. *Do que falamos quando falamos de populismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis: Vozes, 2013.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CAPAVERDE, Caroline Bastos; LESSA, Bruno Souza; LOPES, Fernando. “Escola sem partido” para quem? *Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 102, p.204-222, jan./mar. 2019.

CARLOTTO, Maria Caraméz. Guerra em campo aberto: as disputas pela mudança estrutural do espaço intelectual brasileiro. In: CASSIO, Fernando (Org.). *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

CERVI, Gicele Maria; SANTOS, Tiago Ribeiro. D. Quixote contra os moinhos: um ensaio sobre o Movimento Escola Sem Partido. *Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 105, p. 712-731, out./dez. 2019.

CESARINO, Letícia. As ideias voltaram ao lugar? Temporalidades não lineares no neoliberalismo autoritário brasileiro e sua infraestrutura digital. In: *Caderno CHR*, Salvador, v. 34, p. 1-18, 2021.

DIONNE, Jean; LAVILLE, Christian. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

DURKHEIM, Émile; MAUSS, Marcel. Algumas formas primitivas de classificação: contribuição para o estudo das representações coletivas. In: MAUSS, Marcel. *Ensaio de sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

EMPOLI, Giuliano da. *Os engenheiros do caos*. São Paulo: Vestígio, 2019.

FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista a Trump – e além. In: *Política e Sociedade*, Florianópolis, v. 17, n. 40, set./dez. 2018.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Tradução Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC., 1989.

GEERTZ, Clifford. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2014.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A “ideologia de gênero” existe, mas não é aquilo que você pensa que é. In: CASSIO, Fernando (Org.). *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

KALIL, Isabela. *Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro*. São Paulo: NEU (Núcleo de Etnografia Urbana e Audiovisual) da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Relatório de pesquisa, 2018.

KALIL, Isabela. Do cidadão de bem ao patriota: eleições, desinformação e extremismo. In: INÁCIO, Magna; OLIVEIRA, Vanessa Elias de (Org.). *Democracia e eleições no Brasil: para onde vamos?* São Paulo: Hucitec, 2022.

MARIANO, Ricardo. Ativismo político de evangélicos conservadores rumo à extrema direita. In: INÁCIO, Magna; OLIVEIRA, Vanessa Elias de (Org.). *Democracia e eleições no Brasil: para onde vamos?* São Paulo: Hucitec, 2022.

MOREIRA, Helce; MOURA, Fernanda.; TEIXEIRA, Pedro. Homeschooling, ensino de controvérsias e o novo conservadorismo brasileiro. In: *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 52, 2022.

PIERUCCI, Antônio Flávio. As bases da nova direita. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n. 19, p. 26-45, dez. 1987.

ROCHA, Camila. *'Menos Marx, mais Mises': uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018)*. 2019. 232 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências

Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2019.

ROCHA, Camila; SOLANO, Esther. *Bolsonarismo em crise?* Friedrich-Ebert-Stiftung Brasil (FES), São Paulo, jun. 2020. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/16277.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2022.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

SANTOS, Anderson. *Regulação social e as formas de consenso no movimento “Escola sem partido”*. Curitiba: CRV, 2021.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2014.

Leis

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 7180/2014*. Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 2014. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/mestrado-em-poder-legislativo/orientacoes-aos-discentes/ComoCitareReferenciar_2020.pdf. Acesso em: 12 jul. 2023.

BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Lei nº 193/2016*. Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o "Programa Escola sem Partido". Brasília, DF, 2016. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125666>. Acesso em 28 jul. 2023.

Licença e Direitos:

Repositórios e Ciência Aberta, direitos autorais de Guilherme Oliveira de Paula, Marcelo Rodrigues Conceição, 2025, licenciado sob [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

